

MULHERES NEGRAS: gênero e gastronomia afro-religiosas

Denise Botelho^(*)

Francineide Marques da Conceição Santos^(**)

Resumo

A partir das vivências e religiosidades africanas a culinária afro-brasileira utilizou elementos religiosos de matrizes africanas para criar e ressignificar alimentos, temperos, técnicas de preparo e hábitos alimentares como possibilidades de símbolos identitários, fonte de renda, ofício e profissionalização que permitem a preservação dos cultos religiosos e a autonomia financeira de muitas mulheres negras. Assim, partindo de uma perspectiva teórica pós-colonial busca-se refletir sobre a importância desses artefatos culturais que não só enriquecem e fundamentam a culinária brasileira, mas também, alavancam a economia e difundem saberes ancestrais. Com o recorte específico das relações raciais e de gênero este trabalho estabelece como eixo principal a pesquisa sobre a importância da gastronomia africana e afro-brasileira para a profissionalização e autonomia econômica de mulheres negras em Salvador e Olinda. Para tanto, busca-se, mediante revisão bibliográfica, demonstrar e esclarecer a relevância de políticas públicas que fortaleçam essas práticas sociais como instrumento para o exercício da cidadania.

Palavras chave: Candomblé. Gastronomia Afro-religiosa. Gênero. Mulheres Negras.

BLACK WOMEN: gender and african-religious gastronomy

Abstract

From African experiences and religiousness the african-Brazilian cuisine used religious elements of African origin to create and reframe food, spices, preparation techniques and eating habits as possibilities of identity symbols, source of income, craft and professionalism that allow the preservation of religious services and financial autonomy of many black women. Thus, from a postcolonial theoretical perspective seeks to reflect on the importance of these cultural artifacts that not only enrich and underlie Brazilian cuisine, but also leverage the economy and disseminate traditional knowledge. With specific focus of racial and gender relations this work establishes the main axis research on the importance of African cuisine and african-Brazilian for professional and economic empowerment of black women in Salvador and Olinda. Therefore, we seek, through literature

^(*)Professora Associada do Departamento de Educação; Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades - UFRPE/FUNDAJ; Líder do Grupo de Estudos em Educação, Culturas, Gênero e Sexualidades Audre Lorde - GEPERGES Audre Lorde - mulhernegra@gmail.com.

^(**)Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades - UFRPE/FUNDAJ; Pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação, Culturas, Gênero e Sexualidades Audre Lorde - GEPERGES Audre Lorde - francineidemarques@gmail.com.

Texto recebido em 18 Ago. 2016. Texto aprovado em: 20 Ago.2016.

review, demonstrate and explain the relevance of public policies that strengthen these social practices as a tool for the exercise of citizenship.

Keywords: Candomblé. Gastronomy Afro-religious. Genre. Black Women.

Introdução

Aproveitemos a ocasião para reverenciar as lideranças religiosas femininas do candomblé que guardaram e continuam zelosamente guardando a nossa força ancestral (*ase/axé*). Peço a proteção às mulheres em, especial, as mulheres negras das roças, dos terreiros, dos *ilês/casas*, dos roncós, dos xirés, que traduzem as forças de seus orixás em seus corpos ou cuidando de corpos que possibilitam o encontro com o sagrado, em nossos viveres profanos.

Nossos sinceros respeitos as mães zelosas dos diferentes candomblés, mas cujo protagonismo consagraram-nas como protagonistas em revivar a epifania sagrada afro-indígena-brasileiras. Reverências amplificadas, às mulheres negras, porque ao abraçarem o sacerdócio afro-brasileiro, além da discriminação interseccionalizada por gênero e raça, ainda, agregam a intolerância religiosa, que nos últimos tempos tem aumentado significativa no Brasil.

Nos mulheres negras, temos em comum fortes marcas decorrentes da existência do racismo, que cria um conceito e uma hierarquia de raça, ser negra é ser considerada inferior, somando-se a desqualificação do sexo feminino estabelecida pelo sexismo, que traz também a noção de heterossexualidade compulsória, condenando comportamentos sexuais diferentes (Crenshaw, 2002).

Não é apenas as mulheres negras que encontram-se em situação de desvalorização, de forma geral, a história e a cultura afro-brasileiras e africanas não aparecem nos livros didáticos e não são valorizadas por conta de um racismo institucional cristalizado na sociedade brasileira, mas insistimos que temos muito o que aprender com esses legados de ancestralidade, apontamos para o papel social das mulheres de *ase/axé*¹. São as mulheres que tem a missão de “transmissão das tradições religiosas e culturais (...) o elo entre o sagrado e a vida comunitária” (Teodoro, 1996, p. 59). Essas mulheres também são pilares fundamentais da educação nas comunidades onde estão inseridas.

Pensar as mulheres de candomblé, é pensar em uma via de empoderamento e autonomia. O candomblé é uma religião que possibilita o exercício feminino do sacerdócio, sendo que, para os seguimentos mais ortodoxos, o sacerdócio é exclusivamente feminino, mas deixemos

¹ Força dinâmica e fundamental que dá sustentação ao mundo na cosmovisão iorubá.

esta polêmica para outras reflexões. Aproveitemos para fazer uma rápida abordagem sobre os cargos direcionados às mulheres nesta religião.

As Iyalorixás/Mametos² (sacerdotisas) são as lideranças máximas do candomblé, pois detêm o maior conhecimento dos fundamentos da religião e a responsabilidade de transmitir esse conhecimento e o *ase/axé* à sua família de orixá. As adjoes/equedis/makotas³, cujos seus orixás/inquinces/voduns⁴ não se manifestam fisicamente, auxiliam as iyalorixás na organização do *egbe/comunidade*. Nas casas tradicionais este cargo é exclusivamente feminino.

Há outros cargos femininos – relacionados às oferendas, as pinturas ritualísticas, a elaboração das comidas votivas, no trato com as divindades e outras atividades essenciais para a dinâmica da religião (Botelho, 2005) –, que são assumidos a partir da condição feminina, como também em relação aos orixás femininos - yabás.

Cabe introduzirmos uma rápida reflexão de que no caso das religiões afro-indígenas-brasileiras as questões de sexo/gênero diferem da lógica dicotômica - homem/mulher -, como afirma Botelho:

Nos terreiros de candomblé não é uma prerrogativa das mulheres a posse pelas divindades femininas (yabás): também os homens poderão passar pelo transe das yabás e as mulheres poderão manifestar divindades masculinas. (...) o processo vivenciado pela alteridade de gênero físico e gênero mítico conduz minimamente as filhas de santos reviverem feitos heroicos associados a seus orixás, a partir da mítica de seu *Eledá* (divindade que rege filhas/os de santo) e os homens ao adentrar no universo feminino por intermédio de vestimentas e aparatos de sua yabá, como também, por atividades atreladas ao universo de sua deusa. (2010, p. 159-160).

É fato que este exercício de alteridade impacta a vida de homens e mulheres que vivem e convivem nos terreiros de candomblé, que em outra oportunidade poderemos abordar com maior profundidade, mas que no momento não faremos, porque desejamos chegar na relação das mulheres negras com a gastronomia das divindades e, conseqüentemente, empoderamento(s) e autonomia(s), mas rapidamente, deve-se chamar a atenção, também, de uma flexibilidade de gênero, como explicitam Botelho & Stadtler (2012):

² Conhecidas, também, como mães de santo; e o correlato masculino é babalorixá/Tata.

³ Mulheres que não entram em transe espiritual.

⁴ Divindades oriundas do continente africano, relacionadas a natureza, que tem como prerrogativa auxiliarem *Oludumaré/Deus Criador do Universo* para que a humanidade encontre o caminho para a felicidade, para a alegria, para a prosperidade, para o amor, para a saúde, para a vida longa e outras atribuições que compõem a dignidade humana.

Nos terreiros, feminilidade e masculinidade são facultadas aos dois sexos, não são consideradas opostas e excludentes, mas complementares. Talvez esta venha a ser a principal razão da adesão a esses grupos por parte de pessoas que possuem comportamento de gênero diferente do padrão opositivo

Vejam que há um universo distinto a ser revelado ou visibilizado nos terreiros das religiões afro-indígenas em relação às identidades de gênero, quiçá possamos desenvolver estudos futuros nesta direção. Um outro aspecto que salientamos no caminho de empoderamento(s) e autonomia(s) das mulheres negras nos candomblés, são a vivificação dos mitos. Vejamos.

Mitos como fortalecimento das identidades de mulheres negras

Mulheres e homens iniciados no candomblé conhecem, identificam e têm como norteadora a mitologia dos orixás. Como afirma Campbell, a mitologia e o ritual levam a uma transformação do indivíduo, despreendendo-o de suas condições históricas locais e conduzindo-o para algum tipo de experiência inefável (1992: 373). Os mitos manifestam o sagrado no mundo, contam a história sagrada do início da existência. Relatam um acontecimento ocorrido no tempo da criação, narrando "como uma realidade passou a existir graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais. Seja uma realidade total ou o Cosmo" (Eliade, 1972: 11). Os mitos dos orixás são permeados por disputas e conquistas e, no xiré/roda de candomblé onde os orixas/inquinces/voduns manifestam-se são os feitos heroicos que são revisitados.

Com o objetivo de transcender os reveses da vida em busca de conquistas favoráveis à realização de sua emancipação, as mulheres têm como referência as histórias de suas santas guerreiras, guardiãs, mães protetoras, das yabás, mas também dos orixás guerreiros. Nos caminhos da vida, há sempre obstáculos a serem superados, e a busca consiste em “favorecer os símbolos que levam o espírito humano a avançar, opondo-se àquelas outras fantasias humanas constantes que tendem a levá-lo para trás” (Campbell, 1992: 21).

O olhar reencantado, vivido entre a sonoridade dos tambores, a beleza das roupas, o brilho dos adornos, o encontro de corpos profanos com o sagrado edificante, possibilita novas reflexões sobre a humanidade, e o olhar revigorado, conduz à

percepção inédita que auxilia a superar o condicionante de dores, de pouca valia e de identidades fragmentadas da maioria das mulheres negra brasileiras.

Os mitos das yabás apresentam uma realidade rica de imagens e símbolos agrados presentes no cotidiano e na vida das adeptas do candomblé. A partir das yabás - organizadoras psíquicas – é que os(as) iniciados(as) e também os(as) não-iniciados(as) do candomblé vivenciam uma possibilidade conciliadora entre os opostos, tais como: inferior e superior; masculino e feminino; morte e nascimento; jovem e ancião; homem e mulher; terra e céu; e uma infinidade de outras situações de aparente oposição, mas que são apreendidas e assimiladas de forma complementar e não excludente, possibilitando a circularidade da vida, que nasce na ancestralidade e realiza-se nas novas ações e ideias da contemporaneidade.

Para a nova ordem social, onde as mulheres negras estão em outro lugar de reivindicações, os mitos religiosos afro-brasileiros podem alicerçar uma lógica de poder, fortalecer identidades fragmentadas e consolidar autoconceitos positivos. E são nas possibilidades de profissionalização que surgem dentro dos terreiros que muitas mulheres fizeram-se ótimas cozinheiras, costureiras, arrumadeiras, babás, merendeiras, comerciantes, cantoras, poetizas, princesas, guerreiras, rainhas, borboletas ao mesmo tempo búfalas, águas mansas que quebram pedras em sua essência, ondas convidativas para a grandeza infinita, sabedoria da vida que repousa nos mangues. Mulheres, negras, yabás, axé!

Gastronomia dos Orixás: Caminhos de autonomia

As práticas culturais africanas foram decisivas para os sabores encontrados hoje na gastronomia de vários estados brasileiros. A comensalidade é um ato carregado de simbologia e de extrema importância na cultura africana que foi transmitida para a cultura afro-brasileira.

A Bahia, denominada "África negra" por conter o maior contingente de pessoas negras, fruto da desumana diáspora africana, apresenta, também, mais fortemente a presença dessas heranças culturais que emergem das indumentárias, estética, linguagem e na culinária e por isso

Viagem a Bahia é sinônimo de comilança. O principal aperitivo é o bolinho que ficou conhecido em todo o Brasil. Quem já não ouviu falar no famoso acarajé? Turista que vem à Bahia e não prova o

delicioso bolinho de feijão frito no dendê está perdendo a chance de experimentar a iguaria mais típica do estado. (GELEDÉS,)

Sabe-se por pesquisas históricas já realizadas (SOARES, 1996) que as negras de ganho também denominadas negras ganhadeiras e/ou vendedeiras exerciam o comércio nas cidades do Brasil colonial e que, com o seu trabalho, com as suas iguarias, obtinham bons lucros para seus senhores e suas senhoras tornando-se valiosas e aumentando o seu custo de venda no mercado escravagista.

Muitas dessas negras ganhadeiras percorriam a cidade vendendo as comidas de orixás. Desde séculos passados, praticavam esse ofício, saber aprendido dentro dos espaços religiosos e que também eram praticados para ganhar dinheiro.

As mulheres negras, "as ganhadeiras", carregavam em seus tabuleiros a força e a coragem que caracterizam o empreendedorismo e com obstinação comercial conseguiam ultrapassar obstáculos de toda sorte e, muitas vezes, obtinham não só o suficiente para pagar a seus/suas proprietários/as, mas também serviam para comprar a sua liberdade, com a aquisição da própria Carta de Alforria.

Não raro, esmeravam-se tanto nos seus comércios que os seus ganhos também eram destinados para auxiliar na libertação de outras escravas e de outros escravos (SOARES, 1996). A realidade hoje nas ruas de Salvador e outras cidades brasileiras permanece com poucas mudanças,

A venda do acarajé permaneceu como uma atividade econômica relevante para muitas mulheres mesmo com o fim da escravidão. Hoje, atrás das baianas existem famílias inteiras dependendo dos seus tabuleiros: 70% das mulheres pertencentes à Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia são chefes de família.

[...]

“Às vezes nos sentimos órfãs porque trabalhamos sozinhas com nosso tabuleiro, de sol a sol, expostas ao frio, ao calor e mesmo à violência. Mas somos mulheres negras e perseverantes: se não vendemos hoje, venderemos amanhã. Somos um símbolo de resistência desde a escravidão”, (Maria Lêda Marques, presidente da Associação, disponível em <http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/08/acaraje-elemento-central-da-cultura-afro-brasileira>. Consulta em 06/05/2016)

Comer acarajé, abará, mungunzá, mingau de tapioca, bolinho de estudante, arroz doce, vatapá, caruru, quiabada, farofa, moqueca com pimenta e dendê faz parte da cultura afro-baiana. E aqui,

A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às

particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social. (GOMES, 2003, p.75)

O acarajé enquanto símbolo da cultura afro-brasileira foi tombado, desde 2004 alçando o *status* de bem imaterial, registrado no "Livro dos Saberes" do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A resistência das baianas de acarajé materializa-se, inclusive na defesa do vocábulo Acarajé, revelando o cunho religioso desse saber e a importância da preservação da cultura africana e afro-brasileira, pois o acarajé é uma comida de orixá, comida sagrada dedicada às yabás Iansã/Oyá (Candomblé de Ketu) e Kaiongo (Candomblé de Angola).

O nome dessa comida, desse quitute, é em verdade uma variação linguística dos termos “acará” (bola de fogo) e “jé” (comer), ou seja, “comer bola de fogo”. Sua origem é explicada por um mito sobre a relação de Xangô com suas esposas, Oxum e Iansã. O bolinho se tornou, assim, uma oferenda a esses orixás.

Assim, as mulheres negras ao defenderem o seu ofício de baiana de acarajé, defendem as suas próprias referências culturais e identidades construídas por séculos dentro dos terreiros, das convivências familiares e das ruas.

Resistência

O Ofício das Baianas de Acarajé tornou-se patrimônio cultural imaterial do Brasil, em agosto de 2005 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e é reconhecida como uma profissão já regulamentada desde 1998 por decreto municipal.

O governo Luis Inácio Lula da Silva, atendendo às reivindicações de movimento sociais de mulheres negras instituiu o **Dia Nacional da Baiana**, Lei nº 12.206/2010 (BRASIL, 2010) que é comemorado no dia 25 de novembro, seguindo-se às comemorações do dia 20, **Dia da Consciência Negra** que foi também instituído por Lei no ano de 2011 por ato da Presidenta Dilma Roussef (BRASIL, 2011) ao encontro de antiga reclamação do Movimento Negro.

Ressalta-se que o reconhecimento público é fruto da luta organizada das baianas de acarajé com a Associação das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivo e Similares (Abam) em conjunto com movimentos de mulheres negras e apoio da

SEPROMI, o que possibilitou a garantia de alguns direitos a exemplo da manutenção do vocábulo "acarajé" em contestação ao "bolinho de Jesus".

A resistência das Baianas de Acarajé fez-se sentir fortemente na defesa da profissão e da vinculação desse saber à religião do Candomblé, como se pode aqui ilustrar com a seguinte notícia que demonstra o sentimento de pertença étnico-racial na defesa de um símbolo de identidade negra:

Bolinho de Jesus – Tombado como patrimônio nacional em 2004 pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o acarajé também estaria sendo ameaçado enquanto bem imaterial. “Além de desrespeito em relação ao que trata o decreto municipal 12.175/1998, como a padronização da indumentária e do tabuleiro, temos assistido uma descaracterização no aspecto religioso e cultural”, afirmou Rita.

A fala da presidente da Abam foi acompanhada de diversos pronunciamentos em tom de protesto. “Não tem como separar o acarajé do candomblé. Esse bolinho de Jesus merece repúdio!”, disse uma das baianas sobre a venda do acarajé por evangélicos, que mudaram o nome da mais famosa iguaria baiana para ‘bolinho de Jesus’.

Para muitos presentes, esse é mais um caso de manifestação de intolerância religiosa e preconceito. “Vender acarajé é profissão do povo de candomblé”, afirmou Ieda Ferreira, que é serventaria do Detran e religiosa do candomblé. As secretarias municipais de Reparação (Semur) e de Serviços Públicos (Sesp) foram convidadas para a audiência, mas não mandaram representantes. (disponível <http://direitosereligiao.blogspot.com.br/2012/04/baianas-de-acaraje-denunciam.html>)

A disposição e o afinco de mulheres negras na luta para a preservação do exercício da sua atividade econômica foram reafirmadas por séculos e demonstra as habilidades comerciais.

A garra, a coragem, o conhecimento do produto, a ousadia, a comunicabilidade habilidades essenciais exigidas para esse ofício empreendedor são transmitidas oralmente, como de regra o são os saberes africanos aqui praticados pelos afro-brasileiros como as palavras de Rita Santos e Angelice Batista dos Santos, baianas de acarajé, nos revela:

Sempre gostei muito de cozinhar. Minha mãe e meu pai vendiam comida para os operários que construíram a estação de metrô do Catete (na zona sul do Rio de Janeiro). Mas foi num samba de roda em um terreiro que eu me apaixonei pelo acarajé e pela associação.
[...]

"Rita não para e está sempre disposta a defender a nossa classe para que nossas tradições passem para nossos filhos e netos", diz Angelice

Batista dos Santos, baiana e diretora estadual da associação. (BBC, 2013)

As habilidades empreendedoras já se faziam perceber desde muito na história dessas mulheres negras, pois as negras de ganho, as vendedeiras, as quituteiras, as ganhadeiras, como eram chamadas, apresentavam-se, desde África, como exímias comerciantes, eram astutas, ligeiras nas falas, nos pensamentos e nas ações, pois

A tarefa de vendedeira exigia, como Maria Odila observou em seu estudo sobre mulheres em São Paulo, uma espécie de "faro para o negócio".

E isto as africanas já traziam da África, onde eram consideradas exímias comerciantes. Kidder informa que para essa ocupação geralmente "eram escolhidos os escravos mais espertos e de melhor aparência, de ambos os sexo", e não era raro que esses escravos revelassem um "grande tato e tino comercial". (SOARES, 1996, p.60)

O "grande tato e tino comercial" e os lucros trazidos à atividade turística, que as baianas de acarajé apresentam, entretanto, não têm sido suficientes para que esse ofício pudesse ser melhor cuidado pelas políticas públicas ao longo desses séculos, pois somente no século XXI obteve-se o reconhecimento do Governo Federal a esse patrimônio cultural imaterial.

Observa-se que se carece de políticas públicas que visem a reconhecer a presença africana e afro-brasileira na formação da sociedade brasileira de uma

A cultura negra pode ser vista como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico/racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos. Essa cultura faz-se presente no modo de vida do brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico. Todavia, a sua predominância se dá entre os descendentes de africanos escravizados no Brasil, ou seja, o segmento negro da população. (GOMES,)

As dificuldades de outrora não destoam das dificuldades de agora, vez que o Poder Público conquanto se beneficiasse, como ainda se beneficia, não destina olhares e ações destinados à melhoria do exercício dessas atividades econômicas exercidas nas ruas.

Na verdade, a importância dada à comida de rua pelos órgãos sanitários brasileiros ainda está por se fazer sentir. É como se este segmento fosse invisível aos olhos do poder público, ainda que movimente somas consideráveis de mercadorias e, conseqüentemente, de dinheiro e cumpra um papel determinante nos hábitos culturais da população, assim como é importante em seu aspecto nutricional, como revelado em pesquisas citadas neste artigo. (LEAL e TEIXEIRA, 2014, p. 19)

A invisibilidade de outrora, permanece ainda hoje como tônica das atividades laboradas nas ruas, haja vista as dificuldades sanitárias para o exercício dessa atividade econômica.

Apesar de simbolizar nacional e internacionalmente a culinária brasileira e especialmente a cultura afro-brasileira característica do estado da Bahia, representando-se aqui, como elemento turístico primacial, a cidade de Salvador, para as baianas de acarajé ainda

Não há disponibilidade de água para a lavagem de mãos ou dos utensílios, apesar de ainda existirem pontos de água para controle de incêndio nas vias públicas que poderiam ser aproveitados; a limpeza das ruas é incipiente e o recolhimento dos resíduos urbanos, apesar de acontecer, na maioria das vezes diariamente, não propicia a quitação da demanda para um ambiente salubre. Há poucos recipientes de coleta de resíduos, sem limpeza e manutenção adequadas. (p. 17)

As profissionais necessitam de melhor suporte estatal, precisam aparelhar os seus tabuleiros com água, materiais de recolhimento de lixo para que possam trabalhar com higiene, pois conquanto paguem as taxas municipais e contribuam para a economia da cidade não lhes são oferecidos boas condições de trabalho.

Ao revés, o Poder Público é implacável com as cobranças tributárias que calculam o valor da taxa municipal com base no tamanho do tabuleiro da baiana, mas que nada faz para incluir o ofício de baiana de acarajé na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para possibilitar a identificação do ofício como profissão junto ao Ministério do Trabalho.

Ainda hoje a baiana de acarajé precisa ser identificada profissionalmente como cozinheira, fato que contraria as baianas de acarajé como demonstrado por Rita Santos, presidente da Abam, "Hoje uma baiana vai fazer um documento e tem que ser categorizada como cozinheira, nada contra as cozinheiras, mas não é esse o nosso trabalho." (CORREIO, 2016)

Os desrespeitos às mulheres negras e as dificuldades para o sustento das suas famílias e profissionalização não se distanciam mesmo após séculos de história, como se pode ver dessa outra Rita, uma africana do século XIX, que como outras negras de ganho, nas ruas de Salvador também lutavam pela sua autonomia econômica e pelo direito de exercer a sua atividade profissional:

Mesmo dispostas a regularizar suas atividades no comércio, as negras de ganho, particularmente as libertas, tinham primeiro de transpor obstáculos burocráticos e outros. A africana Ritta Ferraz, liberta, em

1849 pediu para pagar o imposto de vendagem e nenhuma resposta lhe foi dada pela Tesouraria. Ritta reclamava que o prazo para pagamento estava terminando, ficando ela prejudicada, sem poder realizar suas vendas. Estes pequenos negócios garantiam a subsistência dessas mulheres e muitas vezes também a de suas famílias. (SOARES, 1996, p. 70)

[...]

A venda do acarajé permaneceu como uma atividade econômica relevante para muitas mulheres mesmo com o fim da escravidão. Hoje, atrás das baianas existem famílias inteiras dependendo dos seus tabuleiros: 70% das mulheres pertencentes à Associação das Baianas de Acarajé e Mingau do Estado da Bahia são chefes de família.

[...]

“Às vezes nos sentimos órfãs porque trabalhamos sozinhas com nosso tabuleiro, de sol a sol, expostas ao frio, ao calor e mesmo à violência. Mas somos mulheres negras e perseverantes: se não vendemos hoje, venderemos amanhã. Somos um símbolo de resistência desde a escravidão”, (Maria Lêda Marques, presidente da Associação, disponível em <http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/08/acaraje-e-elemento-central-da-cultura-afro-brasileira>. Consulta em 06/05/2016).

Na atualidade precisamos somar esforços às diversas Ritas e reivindicar políticas públicas que olhem especificamente para as mulheres negras, pensar como as "diversas identidades e vulnerabilidades historicamente criadas conformam experiências opressivas distintas e que necessitam de uma atenção e um tratamento específicos. (BOTELHO & FLOR-NASCIMENTO, 2016, p. 33).

Desejo que a força de todas as yabás empoderem mulheres, em especial, as negras para que possamos viver em plenitude e dignidade.

Referências

BAIANAS do acarajé. Disponível em www.cultura.gov.br. Acesso em: 27 dez. 2010.

Rita Santos, a 'baiana do acarajé' que venceu a Fifa. BBC do Brasil em São Paulo.

Edição de 20/06/2013. Disponível em

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130620_baiana_acaraje_rita_santos_p_erfil_lgb. Acesso em 09/05/2016.

BOTELHO, Denise Maria. Educação: Yabás, contribuições para a discussão de gênero e raça. In: *Gênero e Feminismos: convergências (in)disciplinares*. Brasília, DF: In Libris Libertas, 2010.

BOTELHO, Denise & FLOR-NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração móvel: políticas públicas, transversalidades e interseccionalidade de gênero e raça. SANTOS, Debora; GARCIA-FILICE, Renisia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. *A*

transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas: limites e possibilidades. Brasília-DF: Editora.

BOTELHO, Denise & STADTLER, Hulda Helena Coaraciara. Os orixás fazem gênero dentro dos rituais. *Revista da ABPN*, v. 3, n. 7 - mar.–jun. 2012, p. 171-190. Disponível em <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/download/254/214>, Acesso em 06 de agosto de 2016

BRASIL. LEI Nº 12.206, DE 19 DE JANEIRO DE 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12206.htm. Acesso em 08 de maio de 2016.

BRASIL. LEI Nº 12.519, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12519.htm. Acesso em 08 de maio de 2016.

BRASIL. Instituto de Preservação Histórico Nacional. OYÀ DIGITAL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2365>. Acesso em 08/05/2016.

CANTARINO, Carolina. *Baianas do acarajé: uma história de resistência in Revista Eletrônica do Iphan*. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista13-mat16.pdf>>. Acesso: 27 dez.

LEAL, Cristian Oliveira Benevides Sanches e TEIXEIRA, Carmen Fontes. Comida de rua: um estudo crítico e multirreferencial em Salvador, BA – Brasil in *Revista VISA em debate*. Disponível em <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/410>. Acesso em 07/05/2016.

SOARES, Cecília Moreira. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX in *Revista Afro-Asia*. nº 17, 1996. Disponível em <http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=70>. Acesso em 05/05/2016.